

Área temática: **Gestão Socioambiental**

PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB: a visão dos usuários do município do Conde/PB

AUTORES

GILNEY CHRISTIERNY BARROS DOS ANJOS

SAD-PE / SDS-PE / UEPB

gilneybarros@yahoo.com.br

BRUNO CAVALCANTE DE VASCONCELOS

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

brunocv@bnb.gov.br

CLEOMAR FELIPE CABRAL JOB DE ANDRADE

UNESCO/UEPB

rosanegra_cleo@hotmail.com

Resumo

O microcrédito se apresenta como uma importante ferramenta no combate a pobreza. No Brasil, várias organizações se dedicam a conceder pequenos créditos a micro empreendedores, a exemplo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB. O presente trabalho teve como objetivo principal discutir a qualidade de vida dos empreendedores financiados pelo programa de microcrédito AgroAmigo do BNB. Tratou-se de um estudo analítico, de abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa se desenvolveu no município do Conde/PB, com 43 indivíduos titulares do crédito através da aplicação de um questionário e observações de campo. Pelos dados coletados foi possível a construção do perfil dos usuários do Programa, bem como avaliar as características percebidas em relação à qualidade de vida. Entre os principais resultados percebidos têm-se que a amostra é composta em sua maioria por mulheres agricultoras, casadas e que dividem suas atividades trabalhistas com seus cônjuges. O aumento do capital foi apontado como principal vantagem, enquanto que o prazo para quitação do empréstimo se diagnostica como uma desvantagem a ser melhorada. Apesar da condição de renda ter sofrido melhoria, esse ganho não foi suficiente para uma mudança de classe econômica e na qualidade de vida, conforme outras variáveis pesquisadas (educação, saúde, lazer).

Palavras-chave: Microcrédito; Desenvolvimento; Qualidade de vida.

Abstract

Microcredit is presented as an important tool in combating poverty. In Brazil, several organizations are dedicated to giving small loans to micro entrepreneurs, like the Banco do Nordeste do Brasil - BNB. This study aimed to discuss the quality of life for entrepreneurs financed by the program of microcredit Agroamigo of the BNB. It was an analytical study of quantitative and qualitative approach. The research was developed in the municipality of Conde/PB with 43 individuals holders of credit through a questionnaire and field observations. From the data collected made it possible to build the profile of the program,

and to assess the perceived characteristics in relation to quality of life. Among the main results have noticed that the sample is composed mostly of women farmers, who share their labor activities with their husbands. The capital increase was appointed as main advantage, while the deadline for settlement of the loan is diagnosed as a disadvantage to be improved. Despite the condition of improving incomes have suffered, this gain was not enough for a change in economy class and quality of life as other variables studied (education, health, leisure).

Keywords: *Microcredit; Development; Quality of life.*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com informações disponíveis no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi apenas na metade da década de 1990, que o conceito de microcrédito ganhou mais espaço e passou a ser mais difundido no Brasil, de forma que algumas agências oficiais passaram a praticar essa modalidade financeira, assim como organizações não governamentais.

Desde o ano de 1996, o BNDES deu início às atividades de microcrédito no Brasil, por meio de parcerias com as Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, que são bancos privados de pequenos portes.

Dantas (2005) afirma que mesmo existindo esta atividade no Brasil desde 1973, foi só a partir de 1999 que grandes mudanças ocorreram no setor. Para exemplificar pode-se citar a Lei nº. 9.790/1999, que possibilitou a ONG de microcrédito a possibilidade de realizar um trabalho qualificado, a exemplo da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e ainda propiciou um aumento da capacidade de operação em relação ao acesso dos recursos públicos através do uso de Termos de Parceria.

Além disso, no período demarcado, entre os anos de 1995 e 1999, foram desenvolvidos estudos que embasaram a construção de um marco legal e regulatório, tendo o apoio do Conselho da Comunidade Solidária. Foram ainda expedidas Medidas Provisórias, 1.914/1999 e 1.894/1999, que estabeleceram as linhas gerais de atuação da atividade no Brasil.

O Banco do Nordeste oferece, entre as mais diversas linhas de crédito, o CrediAmigo e o AgroAmigo, ambos pertencentes ao grupo de financiamentos de microcrédito produtivo e orientado, no meio urbano e rural. Outras instituições públicas e privadas trabalham também no âmbito do microcrédito no Brasil. Este estudo prioriza saber sobre o Programa AgroAmigo, um programa de microfinança rural do Banco do Nordeste – BNB, que atende no Brasil a milhares de agricultores que trabalham com a agricultura familiar.

O Programa AgroAmigo tem como finalidade prestar melhorias econômicas e sociais do agricultor familiar que possua renda baixa (independente do sexo e de outras variáveis do perfil). A abrangência do Programa corresponde aos estados do Nordeste indo até ao norte de Minas Gerais, através de uma metodologia própria, que tem como característica principal a presença do Assessor de Microcrédito Rural nas comunidades, a concessão de crédito orientado e acompanhado. Dentro desta perspectiva, tem-se que o programa oferecido pelo BNB é um agente fomentador para o desenvolvimento da economia em inúmeros municípios nordestinos, priorizando a assistência aos agricultores que se dedicam a agricultura familiar.

Neste sentido, o presente estudo pretende analisar os impactos do Programa AgroAmigo como política de desenvolvimento, alternativa da política pública, a partir dos empreendedores beneficiados do Estado da Paraíba, verificando se o programa citado oferece melhorias para a renda dos beneficiários e, além disso, buscou-se observar até que ponto o programa é capaz de gerar mudanças na qualidade de vida destes indivíduos.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

A problemática deste estudo refletiu sobre seguinte assertiva: Como os empreendedores e usuários do Programa AgroAmigo residentes no município do Conde percebem as mudanças relativas à qualidade de vida após a sua inserção no Programa?

Conforme Guareschi et al. (2004 apud ARAÚJO; LIMA, 2008), o conceito de políticas públicas ou políticas sociais se designa aos princípios da administração, ciência social aplicada que orientada para a tomada de decisões dos assuntos públicos, políticos ou das coletividades. Desse modo, as políticas públicas compreendem o conjunto de ações

coletivas que são criadas para dar garantia ao cumprimento dos direitos sociais, se configurando, desta maneira, como um compromisso público que visa promover o entendimento de determinada demanda de uma área.

A importância desta pesquisa foi dada no sentido do próprio conceito que envolve o microcrédito, uma vez que é uma modalidade que busca promover o bem estar social e aumentar os índices de qualidade de vida.

O microcrédito geralmente é apresentado como um instrumento relevante para o combate à pobreza, sendo uma forma potencial de reduzir as desigualdades sociais, assim como promover o estímulo ao desenvolvimento econômico. Nessa pesquisa foi abordado o microcrédito buscando estabelecer a sua importância como agente de desenvolvimento econômico em comunidades carentes localizadas na Paraíba.

Vale aqui salientar que diferentemente dos demais empréstimos, o microcrédito, aqui estudado, é produtivo e orientado, ou seja, é oferecido para os indivíduos que aplicaram o dinheiro em um negócio, e que necessitam do financiamento, mas também de uma assessoria técnica, na qual o assessor, um agente de créditos, oferece orientações a este empreendedor de pequeno porte, a exemplo de noções de como gerenciar um negócio.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. O MICROCRÉDITO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Em conceituação ao tema microcrédito tem-se que é a concessão de valores considerados pequenos e destinados ao empréstimo a empreendedores informais e microempresas, sem que seja necessário se ter o acesso ao sistema financeiro tradicional. Isso porque é bastante comum que estes indivíduos não possuam condições de oferecer garantias reais por ocasião das baixas demandas em seus montantes.

De acordo com a obra de Stoeff (2001), o microcrédito apresenta algumas particularidades quando se compara às demais modalidades de créditos oferecidas no mercado. Essas diferenciações se apresentam principalmente nos fatores relativos à simplicidade e cumplicidade entre credores e clientes.

A primeira diferença é relativa ao conceito de responsabilidade. É importante ressaltar que o microcrédito é um empréstimo e que, portanto, faz-se necessário seu pagamento. Num segundo momento relaciona-se este com o conceito de solidariedade, na qual as pessoas que tomam como o empréstimo detém da consciência de que é preciso pagar as prestações em dia, visto estas se transformarem em novos recursos a serem destinados para as demais pessoas. O terceiro conceito se relaciona à continuidade. Uma vez que sejam pagas todas as prestações, o cliente terá direito a uma nova quantia emprestada. E por fim se destaca o conceito de comunidade no qual o tomador passa a fazer parte de um grupo de pessoas da comunidade, e o seu sucesso soma-se aos sucessos dos demais membros sendo essa questão um ciclo interdependente entre todos os membros da comunidade (STOEF, 2001).

O microcrédito teve a sua primeira ocorrência no Sul da Alemanha, datando o ano de 1846 (CARVALHO, 2001). Essa modalidade foi criada pelo Pastor Raiffensen, a Associação do Pão, que concedeu matéria-prima, farinha de trigo, aos trabalhadores do campo que se encontravam com dívidas com agiotas para que estes pudessem dar continuidade a fabricação e comércio do pão, e assim deterem renda para cumprir com suas obrigações.

No Brasil, tem início o microcrédito no ano de 1973, através da criação do programa da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações – UNO, por iniciativa da Acción Internacional, que prestou uma assessoria técnica e que envolvia a participação de entidades empresariais dos Estados de Pernambuco e Bahia. A UNO foi elaborada pensando em abranger de forma específica o desenvolvimento de um programa de crédito, que

promovesse a capacitação para microempreendimentos populares, particularmente no setor informal. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos. Há no Brasil algumas operadoras de microcrédito. Veja o quadro a seguir:

OPERADORAS DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	
Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES	Atua no segmento de microcrédito desde 1996, quando foi criado o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) com o objetivo de formar uma indústria de microfinanças no Brasil, ofertando <i>funding</i> para os agentes repassadores de microcrédito. Em 1997, o BNDES firmou o Convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando o fortalecimento do segmento de microcrédito no Brasil.
Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE	O Programa de Apoio ao microcrédito do SEBRAE faz parte da prioridade estratégica de ampliar significativamente, já em curto prazo, o acesso dos empreendedores a serviços financeiros com redução de custos. Esta se traduz como uma prioridade através de soluções coletivas que aumentam a abrangência, dão velocidade e reduzem os custos de atuação. O foco é aglomerados de empresas de um mesmo território. O SEBRAE, em articulação com o governo e o setor privado, passou a desenvolver ações em mais de 300 Arranjos Produtivos (APLs) de todo o País.
Banco do Nordeste do Brasil – BNB	O AgroAmigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Trata-se de uma iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para área rural, adotando metodologia própria de atendimento, cuja principal premissa consiste na concessão de crédito orientado e acompanhado.
Banco do Brasil – BB	A linha de crédito BB Microcrédito DRS é direcionada para pessoas físicas beneficiárias da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável-DRS do BB, que atuem em empreendimentos rurais ou urbanos de pequeno porte, inclusive informalmente. As garantias são dispensadas e a liberação do empréstimo ocorre em conta corrente. Outra linha oferecida pela instituição é para pessoas jurídicas, o BB Microcrédito Empreendedor e para ter acesso torna-se necessário ser correntista, empreendedor individual ou ainda microempresa que tenha o faturamento bruto anual em até 120 mil reais. O valor para operação é no mínimo de R\$ 150,00 e no máximo de R\$ 15 mil reais. A taxa de juros opera a 0,64% ao mês, ou 8% ano, a TAC é de 1,00% sobre o valor da operação, sendo isenta de IOF. Por fim, tem-se que o tipo de operação é giro na forma de teto pré-aprovado investimento na forma de crédito fixo.
CEF – Caixa Econômica Federal	A linha de Microcrédito da Caixa Econômica Federal dá possibilidades de usuário adquirir matérias-primas, capital de giro e melhorias na infraestrutura do seu negócio. A instituição visa oferecer a linha sem burocracia e com maior facilidade aos usuários. A linha visa atender o segmento de baixa renda e atua nos setores formal e informal da economia, que tenha pelo menos um ano de atividade no empreendimento.

Quadro 01: Organizações que operam com Microcrédito no Brasil

Fonte: Elaboração própria baseada em informações disponíveis nos sítios do BNDES, SEBRAE, BNB, BB, CEF, em janeiro de 2012.

Em relação à abrangência de atuação, destaca-se como o maior programa vigente no Brasil o CrediAmigo, que também é citado como um dos mais relevantes em toda a América Latina (BID, 2000).

Segundo dados divulgados pelo BNB (2011), são mais de 103 mil pessoas de baixa renda, sendo a maior parte delas beneficiária de programas sociais como o Bolsa Família, que compõem a carteira de clientes ativos do CrediAmigo Comunidade, um dos produtos do

Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste. Entre 2009 e 2010, o aumento do número de clientes foi superior a 53% em relação aos anos anteriores (2007 e 2008). Os dados aparentemente representam o bom desempenho do Programa, se for evidenciado o alcance do público para o qual se direciona o produto: pessoas de baixa renda, que já tenham ou não atividade produtiva.

Em 2012, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Microcrédito batizado como Crescer (Mazzei, 2012). O público alvo denominado para a abrangência deste programa foram os empreendedores que possuíam faturamento de até R\$ 120 mil/ano, principalmente aqueles empreendedores individuais. O objetivo do programa é estender o acesso ao crédito a 3,4 milhões de pessoas até o próximo ano de 2013. Vale salientar que não serão exigidas garantias para o pagamento dos empréstimos.

É importante ainda relacionar o microcrédito à conduta das políticas públicas estabelecidas pelo poder estatal. As pesquisas cujo tema central é o microcrédito e visam avaliar o impacto das iniciativas acerca do microcrédito passaram a ter uma representatividade bastante ampla na discussão literária sobre o desenvolvimento local, o desenvolvimento de políticas públicas e o combate à pobreza.

O Estado é o órgão responsável justamente por diminuir esses abismos decorrentes das diferenças sociais, daí ser comum se ouvir falar que a participação estatal deva ter o foco na regulação, visto o crescimento dos mercados informais e aumento da demanda por medidas públicas que reduzam essas desigualdades. Em outras palavras, atualmente, não apenas são exigidas medidas que prezem por aprimorar a qualidade das políticas públicas, mas que também indiquem o fortalecimento da gestão pública nos seus campos de atuação, que são cada vez mais extensos, principalmente em âmbitos nos quais a iniciativa privada detenha de dificuldades na mensuração acerca do capital investido.

A Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, providencia um detalhamento ainda mais amplo sobre o conceito concebido de microcrédito como sendo aquele crédito que se concede para que haja o atendimento das necessidades financeiras das pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, e que façam uso da metodologia embasada na relação direta com os empreendedores no âmbito em que é realizada a atividade econômica (BRASIL, 2005).

Orienta Silva (2003), que a disseminação dos programas de microcrédito é identificada por modelos elaborados pelas instituições. O primeiro modelo é o OSCIP, no qual o Estado participa diretamente na gerência do programa e que possui o mesmo nível de participação dos demais atores, como financiadores privados e organizações da sociedade civil. Já o segundo modelo é o baseado na formação de capital, que operacionaliza a gestão e seu modo de execução exclusivo à administração pública.

A avaliação das políticas públicas de microcrédito, de acordo com a visão de Silva (2003), vai além do entendimento acerca da eficiência dos investimentos realizados na área social e o aprimoramento das metodologias de intervenção; trata-se de um conjunto de medidas que vai auxiliar na disseminação dos programas de microcrédito e outras localidades. Ao analisar mais profundamente, percebe-se que as políticas, que vêm sendo elaboradas, adotaram essa ferramenta como indispensável para o pensamento e a realização do desenvolvimento de forma sustentável.

3.2. QUALIDADE DE VIDA E A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS

Em concordância a obra de Maciel (2006), há muito se passou a dedicar maior tempo para a preocupação das questões que envolvem a qualidade de vida. Sendo que este conceito passou a ser inerente ao homem e até mesmo uma consequência da preservação da sua integridade em todos os âmbitos, físico, emocional, espiritual, etc. Diante disto, vale ainda

salientar que a sociedade de uma maneira em geral está repleta de elementos que se referem a esta busca da maior integridade do homem, especialmente no que se refere aos avanços técnicos que contribuíram de forma direta para o aumento de sua expectativa de vida.

A qualidade de vida (QV) é um termo que se associa aos inúmeros aspectos que se relacionam ao ser humano, em proporções subjetivas que se atribuem aos indivíduos em conformidade com sua perspectiva de análise. O que se percebe é que o termo qualidade de vida não possui uma definição que tenha um significado uníssono que possa dar a representatividade total (Maciel, 2006). Este é um termo que tem um enfoque humanístico e que se aproxima do grau de satisfação que se encontra tanto no âmbito familiar, amoroso, social, ambiental e na própria existência humana.

Dentro desta perspectiva, atenta Minayo et. al. (2000), que considerando o conceito da saúde, uma crescente gama de pesquisas vem reconhecendo a importância em se atribuir a qualidade de vida dentro deste âmbito. Estes novos estudos apontam que a qualidade de vida não deve ser vista apenas como um estado de ausência de doença, mas que deve contemplar seis variáveis: o físico, o psicológico, o nível de independência, as relações sociais, o meio ambiente e a espiritualidade. Essas novas premissas consideradas na composição do conceito propiciam entender a qualidade de vida como a percepção do indivíduo na sua posição de vida, no contexto da cultura e no sistema de valores nos quais ele vive em função dos seus objetivos, expectativas, padrões e anseios.

A perspectiva que orienta esta pesquisa caminha no sentido de que existem dois aspectos constantes que influenciam na definição do conceito de qualidade de vida. O primeiro aspecto é relativo ao fato de que a qualidade de vida apresenta uma percepção individual acerca do conceito de QV, o segundo aspecto relata a qualidade de vida como um fator indissociável da vida humana e que contempla todos os aspectos supramencionados.

A qualidade de vida é um resultado da evolução histórica da sociedade, mas também sofre influências da vida e das experimentações pessoais de cada indivíduo, bem como as considerações que são realizadas sobre os aspectos relacionados ao trabalho. Isso possibilita a construção de um perfil de qualidade de vida operando numa esfera ampliada a toda comunidade (OLIVEIRA, 2006).

Dessa forma, a qualidade de vida tem sido referida tanto no momento da vida dos indivíduos em sociedade, como nos seus âmbitos de trabalho, tendo como entendimento base que estes conceitos se constroem de forma mútua. Este entendimento pode ser construído justamente por conta de que parece não ser possível se dissociar a vida pessoal e o trabalho, assim como também parece não ser possível deixar de reconhecer a interface do trabalho na qualidade de vida.

Medir a qualidade de vida deriva de uma instrumentalização recente, de tradição estrangeira, anglo-saxônica. Entretanto, a importância de se medir a qualidade de vida tem desencadeado a elaboração de vários instrumentos para tratar das realidades sociais e suas especificidades. Parte destes instrumentos usa o campo da saúde como seu objeto propriamente dito, outros por sua vez tratam a saúde como um forte componente, mas como um indicador compostos.

O índice mais difundido entre os estudiosos do tema denota o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O IDH foi elaborado para propiciar um maior debate acerca do desenvolvimento dos aspectos puramente econômicos – a exemplo do nível de renda, produto interno bruto e nível de desemprego – para o diálogo que alocassem os aspectos de natureza social e cultural. Ainda embutida nesse indicador é possível ainda destacar a concepção de que renda, saúde e educação (elementos fundamentais para a construção do conceito de QV) de uma comunidade (MINAYO, et. al., 2000).

O IDH é um indicador sintético de qualidade de vida que, de forma simplificada, soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação de determinada população. A renda é avaliada pelo Produto Interno Bruto (PIB) real per capita; a saúde pela esperança de vida ao nascer e a educação pela taxa de alfabetização de adultos e taxas de matrículas nos níveis primários, secundários e terciários combinados. Renda, educação e saúde seriam atributos com igual importância como expressão das capacidades humanas.

A qualidade de vida é um conceito que se encontra associado a vários outros conceitos e que influenciam de forma direta e indireta a vida das pessoas. Assim, para a construção desta pesquisa foi necessária a associação deste conceito com conceito de saúde, educação, trabalho, descanso e os reflexos da aquisição de bens móveis e imóveis.

A avaliação da qualidade de vida é sempre uma missão que representa um desafio, isso porque se trata de um constructo multifacetado que não apenas integra, mas interage com as necessidades e desejos dos indivíduos além de estar escorado entre os limites impostos na cultura e que são, por isso, influenciados de forma intensa pelas condições socioeconômicas de cada camada da sociedade (ASSUMPCÃO et. al. 2000; FLECK et. al., 1999).

4. CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

O Programa AgroAmigo atende a 223 municípios paraibanos. O Banco do Nordeste possui agências de atendimento em 13 municípios da Paraíba, são eles: Alagoa Grande, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Itaporanga, Patos, Pombal, Sapé, Solânea, Sousa e Sumé, todos trabalham no regime de jurisdição, atendendo todo o Estado. O montante negociado, em 2011, na Paraíba, entre Banco e investidores, correspondeu a 62 milhões de reais. O universo deste estudo correspondeu aos empreendedores que receberam linhas de financiamento pelo Programa AgroAmigo do BNB no ano de 2011, totalizando 29.595 mil clientes.

Município	IDH	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)
Alagoa Grande	0.609	0.684	0.613	0.530
Cajazeiras	0.685	0.692	0.755	0.607
Campina Grande	0.721	0.641	0.844	0.678
Catolé do Rocha	0.668	0.717	0.728	0.559
Conde	0.613	0.642	0.657	0.539
Guarabira	0.659	0.660	0.734	0.584
Itaporanga	0.624	0.595	0.725	0.551
João Pessoa	0.783	0.720	0.885	0.743
Patos	0.678	0.642	0.768	0.623
Pombal	0.661	0.687	0.730	0.567
Sapé	0.556	0.538	0.627	0.504
Solânea	0.615	0.662	0.640	0.542
Sousa	0.657	0.628	0.742	0.603
Sumé	0.658	0.692	0.739	0.544

Quadro 02: IDH nos municípios paraibanos participantes do Programa AgroAmigo
Fonte: Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP (2010)

O contato com os empreendedores do Conde foi realizado através dos assessores de crédito, que tem como função a captação de novos clientes, bem como a manutenção do atendimento dos antigos clientes, prestando-lhes a orientação empresarial necessária. São os assessores de crédito que fazem o trabalho de campo, conhecendo assim a moradia dos clientes. O Programa, que tem como premissa a orientação técnica e o acompanhamento, foi

classificado pela Associação Latino Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento Econômico (ALIDE) como um programa inovador entre todas as instituições de desenvolvimento da América Latina.

Diante desse cenário, a pesquisa foi realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo. Desta maneira, a partir dos objetivos estabelecidos, essa pesquisa se caracterizou como um estudo analítico.

As abordagens utilizadas para a elaboração da pesquisa foram de caráter qualitativo e quantitativo. Segundo Minayo (1999), a abordagem quantitativa pretende promover a aplicação de dados que visam quantificar determinada situação ou variáveis; já a pesquisa qualitativa emprega um universo de significados, apresentando motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e que tem como correspondente um espaço mais aprofundado das relações dos processos e dos fenômenos a serem estudados. Esses procedimentos conduziram o pesquisador a ter uma compreensão da vivência do ser humano a partir de uma interpretação de suas experiências no mundo.

A pesquisa quantitativa é definida por Lakatos e Marconi (2001) como um método de pesquisa social que faz uso de técnicas estatísticas. De uma maneira em geral, implica a construção de processos inquisitivos nos quais são contatadas várias pessoas por meio de questionários.

O local da pesquisa foi o município do Conde-PB, localizado a 16,9 quilômetros da Capital do Estado, que possui uma carteira de clientes com 642 operações no Programa. A escolha desse município se deu por apresentar uma zona rural com uma atuação significativa no Programa. De modo que a amostra se configurou por acessibilidade, ou seja, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa e uma vez que aceitassem eram colaboradores da pesquisa, permitindo observar sua visão sobre a vida e, especificamente, sobre o Programa AgroAmigo.

Além do questionário aplicado foram ainda realizadas junto aos colaboradores observações de campo, fazendo uso de uma caderneta de campo. Outros instrumentos utilizados foram livros, artigos científicos, Leis, notícias em portais da internet, materiais e documentos da instituição BNB, a exemplo de dados do portal da empresa e do Caderno Gerencial AgroAmigo publicados em novembro de 2011.

Estes dados coletados na instituição do BNB propiciaram um levantamento sobre a atuação do Programa AgroAmigo (BNB) desde a sua criação até os dias atuais. Para esta análise e processamentos dos dados foram desenvolvidos gráficos e quadros para demonstração destas variáveis por meio do Microsoft Excel e importados para o *Microsoft Word* para posterior entendimento e discussão em função da literatura e objetivos estabelecidos.

A experiência do campo ainda deve ser levada em consideração para o pleno desenvolvimento deste estudo. A pesquisa de campo foi realizada com saída de João Pessoa às 8 da manhã do dia 04 e 05 de abril de 2012, quarta e quinta feira, em direção ao município do Conde, chegando a Secretária de Agricultura, local onde acontece a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

A primeira comunidade visitada foi *Mata da Chica*, onde existiam 20 produtores rurais participantes do Programa AgroAmigo. A segunda comunidade foi *Gurugi*, com 13 indivíduos atendidos. E por fim *Garapu*, com 10 sujeitos beneficiados pelo AgroAnigo, formando um total de 43 colaboradores.

Ainda vale ser salientado que o estudo de campo propiciou uma maior aproximação frente à realidade vivenciada pelos colaboradores, e desta maneira, o maior conhecimento das variáveis formadoras dos perfis e das necessidades dos mesmos.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. PERFIL DOS EMPREENDEDORES FINANCIADOS PELO PROGRAMA AGROAMIGO DO BNB

Essa primeira etapa da pesquisa direta desenvolvida corresponde ao primeiro objetivo específico da pesquisa que foi caracterizar o perfil dos empreendedores que receberam financiamento pelo Programa.

Inicialmente, determinou-se a amostra em função do sexo dos participantes da pesquisa direta realizada. Assim, foi possível determinar que das quarenta e três pessoas que participaram da pesquisa, a maior parte dos entrevistados são do sexo feminino, sendo elas próprias as titulares do microcrédito, totalizando 55% dos pesquisados. Dentre as pesquisadas, foi possível verificar que parte delas dividia as atividades realizadas com seus cônjuges, quando casadas e as demais eram as responsáveis pelas atividades desenvolvidas.

Essa é realidade vivenciada pelas mulheres da zona rural residentes no nordeste brasileiro (campo deste estudo). A participação feminina nas atividades agropecuárias na região é intensa e efetiva, por isso o Programa AgroAmigo tem como meta dar um atendimento a estas produtoras, uma maneira de reconhecimento do trabalho realizado às famílias do campo.

Conforme os dados coletados percebeu-se também que a maioria dos entrevistados tem entre 29 a 39 anos (totalizando 34%).

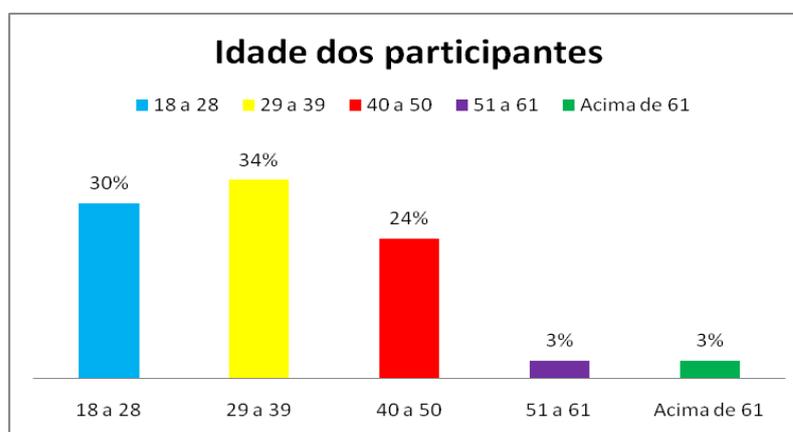


Grafico 01: Idade dos participantes
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A agricultura familiar é uma atividade chave no Estado da Paraíba. Dos 146.539 estabelecimentos agropecuários paraibanos listados pelo IBGE, mais de 80% podem ser caracterizados como explorações familiares. Essa afirmação se torna possível, em razão do tamanho, demonstrando que em relação ao número de estabelecimentos, há uma situação favorável à pequena produção agrícola no Estado. No município do Conde, essa característica se repete em relação a atividade exercida, conforme aparece no gráfico abaixo:

Buscou-se saber ainda sobre o tipo de propriedade possuía os entrevistados. Assim, pelos dados concedidos verificou-se que a maior parte dos sujeitos da pesquisa possui território próprio (59%), e há aqueles que arrendaram terras para a garantia da sua produção (41%). Nenhum entrevistado tem sua propriedade a base de pagamento de aluguéis mensais.

Outra questão formadora do perfil da amostra visou determinar o estado civil dos participantes. A maior parte é casada (67%). Importante notar que sendo a maior parte dos entrevistados de situação civil 'casado', a constituição do trabalho tende a ser dividida entre o entrevistado e seu cônjuge, salvo algumas exceções, de companheiros que exerciam atividade

econômica diferente, como empregos domésticos, vigilantes, etc. A partir desta perspectiva buscou-se saber acerca qual a atividade exercida pelos companheiros. Conforme os dados coletados pela pesquisa direta foi possível observar que a maior parte dos cônjuges trabalham na mesma atividade do entrevistado.

A pesquisa seguiu verificando o perfil da amostragem, e neste ponto a assertiva direcionada era acerca dos filhos: 18% dos entrevistados não têm filhos, enquanto que a maior parte destes (64%) tem de um a dois filhos.

Analisando de forma mais específica os dados coletados nessa pesquisa, em relação à escolaridade e atividade de trabalho dos filhos, tem-se que a maior parte dos filhos está sob duas condições. A primeira parte encontra-se em idade escolar (pré-escolar e fundamental) e pela pouca idade, às vezes, menores que cinco anos, não realizam nenhum tipo de atividade de trabalho remunerado e nem de auxílio às práticas econômicas e de subsistência familiar. (Não foi possível perceber através da aplicação do questionário e de conversa se os filhos com idade entre um a seis anos acompanhavam os pais, mesmo que não fossem auxiliá-los no trabalho).

A segunda parcela significativa da pesquisa exerce atividades junto à família, principalmente no cuidado com as plantações nas lavouras denotando 36% do total de pesquisados (entre 13 e 26 anos). Foi possível constatar também que os filhos mais velhos são os que trabalham em outras atividades, sejam atividades domésticas (babá, empregada doméstica, vigia) ou em atividades fora do âmbito do lar, a exemplo de pedreiros, comerciantes.

A atividade econômica exercida pelos entrevistados também foi alvo deste estudo. Em consonância à coleta de dados a principal atividade exercida pelos participantes é a agricultura (72%). A última questão determinante para a formação do perfil de pesquisados pelo estudo tinha como meta entender sobre as condições e as faixas de renda destes indivíduos. De forma que a entrevista demonstrou que a maior parte dos entrevistados possui renda mensal menor que R\$ 705,00, o que os aloca na classe econômica tipo “E”, conforme a Fundação Getúlio Vargas (2005). Veja-se o gráfico abaixo:

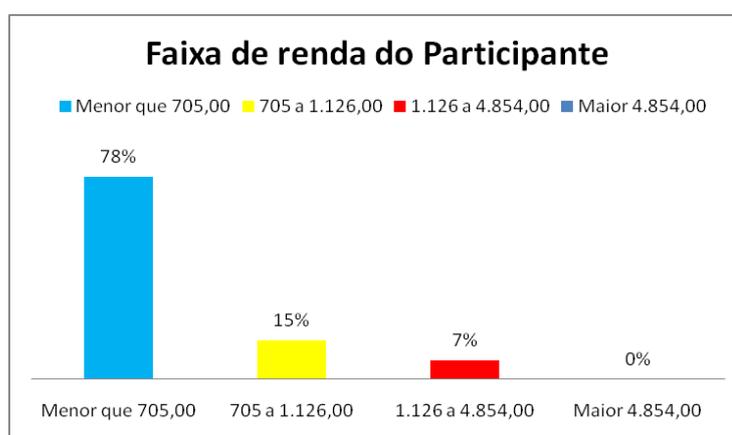


Gráfico 02: Faixa de renda dos participantes
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Uma vez determinado o perfil dos entrevistados, a pesquisa partiu para o momento seguinte que foi a determinação de quais características mais se percebiam pelos entrevistados em razão do Programa AgroAmigo.

5.2 AS CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA AGROAMIGO NO CONDE

Esta seção teve como meta desenvolver o segundo objetivo específico da pesquisa. A primeira questão foi dada em função de se conhecer a faixa de valor financiado pelo Banco. Conforme os dados aferidos pelos participantes, a maior parte optou pelo financiamento do valor máximo (91%).

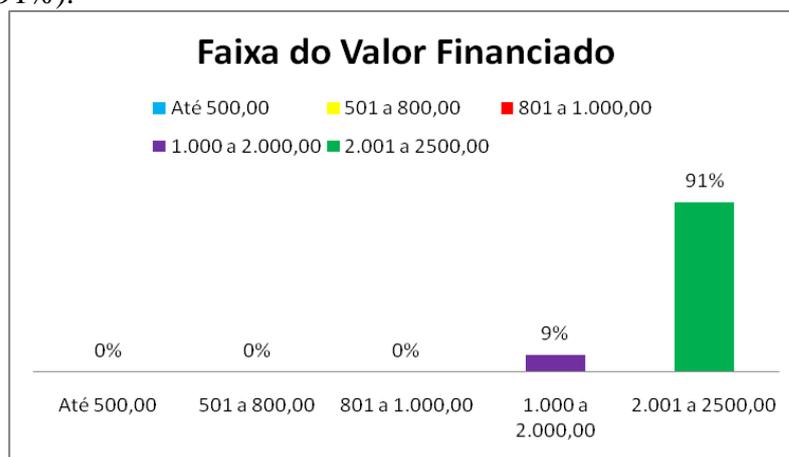


Gráfico 03: Faixa de valor do investimento financiado
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Fazendo uma análise do valor do financiamento, pode-se perceber duas vertentes conclusivas: a primeira, sobre o valor ser insuficiente quando relacionado ao preço de mercado dos itens que desejam adquirir. A segunda vertente adotada pode estar relacionada ao fato de quanto maior for o valor do financiamento, maior será o percentual do desconto dado pelo governo federal, equivalente a 25% do valor da parcela com o pagamento efetuado em dia. No entanto, anualmente, conforme o novo Plano-Safra, lançado pelo governo federal, esses valores poderão sofrer alterações no meio do ano.

O prazo relativo ao financiamento também foi medido pela pesquisa. De acordo com o balanço realizado, a totalidade dos entrevistados optou pelo financiamento em tempo máximo para debitar sua dívida, ou seja, 1,5 a 2 anos, esse fator também está diretamente relacionado às atividades desenvolvidas na região. Este prazo é atrelado a uma taxa de juros de 0,5% ao ano.

5.3 A ATUAÇÃO DO PROGRAMA AGROAMIGO SOBRE A ATIVIDADE DO MICROEMPREENDEDOR DO CONDE

A primeira questão tratada nesse ponto foi sobre as vantagens obtidas em função das atividades praticadas pós-adesão ao Programa AgroAmigo. Segundo os entrevistados, duas questões mereceram destaque: aumento do capital para investimento (68%) e a condições para a expansão do negócio (32%).

Vale destacar que o acesso a novas tecnologias induz ao pré-conhecimento acerca disto, bem como a demanda de um capital maior do que a linha financiada, visto que os equipamentos para o trato com a terra e atividades agrícolas, como um todo, são bens de grande valor no mercado.

As desvantagens também foram medidas pelo estudo. De forma que a maior parte dos entrevistados apontou não considerar nenhuma desvantagem (68%). As desvantagens apontadas denotam que, apesar da maior parte está satisfeita com as condições impostas pela instituição para prover o empréstimo, ainda há uma parcela bastante considerável que se encontra insatisfeita em razão do prazo para quitação da dívida, aferida por este ser um tempo curto. Isso porque a faixa de renda dessas pessoas opera em valores muito baixos, estando estes alocados no patamar de classificação de classe econômica “E”, de acordo com a FGV

(2009); logo assumir prestações para a quitação de empréstimos significa afirmar que estas pessoas estão deixando de gastar com bens de consumo para quitar seus compromissos, mesmo que o empréstimo signifique, na maior parte das vezes, a única condição de continuidade ou crescimento para esses empreendedores. No entanto, segundo a totalidade dos entrevistados afirmou deter de boas condições de trabalho em função dos equipamentos para a realização das atividades trabalhistas.

5.4 OS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA PÓS-ADESÃO AO PROGRAMA AGROAMIGO

As condições de renda foram o primeiro assunto tratado nessa seção. Dos 43 entrevistados tem-se que 30 explicitaram que as suas rendas antes e depois do programa foram alteradas. Contudo, nem todos souberam afirmar de maneira exata, em números, o valor desta mudança. Resumindo-se a 10 participantes que puderam informar, e que se apresenta no quadro 03. De forma que em conformidade ao preenchido pelos entrevistados tem-se que a maioria considera que essa variável sofreu melhorias (82%).

Também era interesse da pesquisa determinar percentualmente o crescimento do rendimento dos mesmos, visto que as condições de renda é uma variável de grande importância na determinação da qualidade de vida dos indivíduos e pode ter implicações diretas em outras esferas da vida.

Faz-se pertinente ressaltar também que, na maioria dos casos, eles não sabiam declarar o valor exato de suas rendas, isso porque a produção resultante de seu trabalho é destinada tanto para o próprio sustento ou parte dele, quanto para ser vendida para as cidades vizinhas, e a partir daí arrecadam dinheiro para as demais necessidades. Ainda assim eles possuem uma estimativa aproximada deste valor, uma vez que esta renda é oscilante. Em meses de alta produtividade podem variar para mais e em meses de escassez produtiva podem variar para menos. Veja-se o quadro abaixo:

Entrevistado	Renda anterior ao Programa	Renda atual	% de Crescimento
Entrevistado 1	Aprox. 110,00*	Aprox. 150,00*	37%
Entrevistado 2	Aprox. 240,00*	Aprox. 324,00*	35%
Entrevistado 3	Aprox. 175,00*	Aprox. 230,00*	35%
Entrevistado 4	Aprox. 430,00*	Aprox. 559,00*	30%
Entrevistado 5	Aprox. 250,00*	Aprox. 325,00*	35%
Entrevistado 6	Aprox. 456,00*	Aprox. 520,00*	15%
Entrevistado 7	Aprox. 1.200,00*	Aprox. 1.260,00*	5%
Entrevistado 9	Aprox. 900,00*	Aprox. 1.035,00*	15%
Entrevistado 10	Aprox. 2500,00*	Aprox. 3.375,00*	10%

Quadro 03: Análise comparativa da renda antes e depois da adesão ao Programa
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

Verificou-se que o crescimento percentual mais significativo foi dado pelas pessoas de menor renda. A explicação para essa variável ter apresentado este comportamento pode estar associada ao fato de que uma vez que a renda seja pequena, o montante destinado ao empréstimo se torna mais significativo e mais impactante na renda final do empreendedor. Enquanto que em relação aos empreendedores com melhores condições de renda o impacto do investimento foi menor.

A aquisição de animais, novos maquinários e novas tecnologias também fizeram parte desta avaliação promovida pelo estudo. Os dados apontam para a compra de Animais (63%) como o principal benefício adotado após adesão ao Programa AgroAmigo. A compra de

animais é um fator que pode influenciar na qualidade de vida, pois facilita a realização das atividades trabalhistas dos indivíduos. Considerando ser a amostra selecionada formada por pequenos produtores rurais, a compra de animais na maior parte das vezes auxilia mais do que o uso de tecnologias sofisticadas (a exemplo de maquinários modernos utilizados em grandes lavouras), isso porque nessas propriedades é comum que as atividades sejam realizadas de forma bastante simplificada e as ferramentas ainda sejam incipientes. Outro fator importante, nessas localidades, pode ser aquisição de animais para o próprio sustento no completo alimentar.

Os bens e imóveis foram a questão seguinte. Quando se analisa os bens de consumo duráveis (Tv's, geladeiras, som, meios de transporte etc.) observa-se que as condições de consumo dos entrevistados foram alteradas, conforme o preenchimento do instrumento deste estudo. No entanto, a questão tem um aspecto interessante visto que a maior parte dos entrevistados demarcou que esta variável (aquisição de bens móveis e imóveis) não sofreu mudanças significativas em função dos imóveis. Assim, da totalidade dos entrevistados, nenhum ainda pôde realizar a compra de um imóvel.

Sobre as condições de lazer foi possível observar que a maior parte dos entrevistados considera que suas condições de lazer permanecem inalteradas (63%). A realidade denotada pelo instrumento da pesquisa direta aponta para uma melhora na renda dessas pessoas, mas sem que isso indique necessariamente uma mudança consistente na qualidade de vida, ao ser observado os percentuais explorados pelo estudo realizado a partir da indicação dos sujeitos da pesquisa.

O lazer é uma variável de suma importância para o pleno desenvolvimento das pessoas em função de níveis favoráveis de saúde, bem estar e qualidade de vida (Fernandes, 1996). Um indivíduo que realiza atividades profissionais durante o período semanal e toda a intensidade que essas ações exigem necessita de um período de descanso, podendo desfrutar de atividades prazerosas junto às suas famílias e /ou amigos.

Segundo a realidade encontrada através da pesquisa direta verificou-se que essas condições não se apresentam de forma favorável à qualidade de vida dos entrevistados. Certamente, este quesito merece maior atenção e demonstra que as políticas públicas apresentam um hiato neste sentido, isto porque é dever do Estado a garantia de condições de segurança, lazer, saúde, educação, etc.

Dentro dos que assinalaram deter de atividades de lazer ou repouso foi possível determinar quais atividades esses indivíduos têm acesso. Importante perceber que grande parte da totalidade entrevistada (55%) afirmaram que não possuem nenhum tipo de atividade de lazer. De forma que a maior parte dos sujeitos da pesquisa apontaram as reuniões em casas de amigos (18%) como principal atividade.

A reunião na casa dos amigos se configura como uma forma que os entrevistados têm de descansar do trabalho cotidiano, podendo desfrutar ao lado de suas famílias e grupo de amigos de um momento de lazer. Os entrevistados relataram que praticam mais este tipo de lazer em função do custo, já que 'passeios pela região' e viagens seriam bastante oneroso para suas rendas diminutas. Importante, ainda lembrar, que grande parte da totalidade entrevistada (55%) afirmou que não possuem nenhum tipo de atividade de lazer.

A mudança nas condições e qualidade de vida dos dependentes também foi uma questão explorada pela pesquisa em relação à educação. De forma que a maior parte dos entrevistados afirmou que os filhos permanecem na mesma escola após a adesão ao programa.

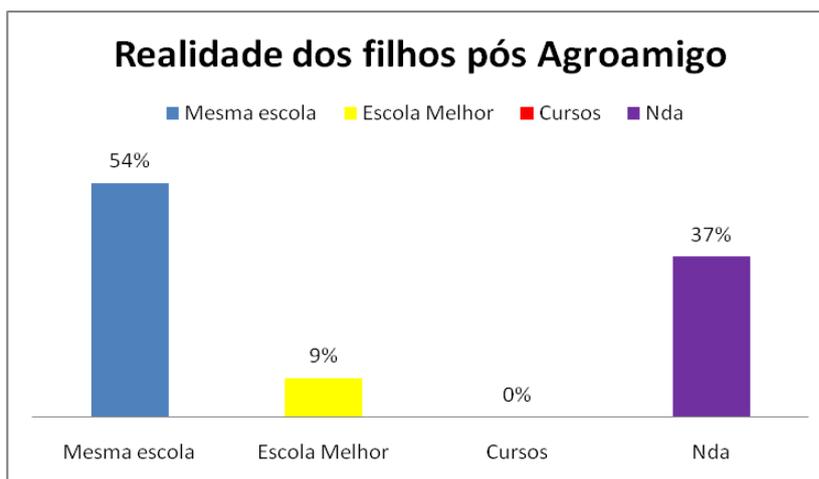


Gráfico 04: Realidade dos filhos pós-adesão ao Programa AgroAmigo
Fonte: Dados da Pesquisa Direta (2012)

A última questão da pesquisa deu-se em função das condições de cuidado com a saúde. Pode-se por meio do questionário notar que a totalidade dos entrevistados faz uso do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto individual, quanto a sua família. A pesquisa relatou em conformidade com os dados colhidos que a totalidade da população pesquisada é usuária do Sistema Único de Saúde, ficando a mercê das variabilidades que envolvem o serviço.

Desta forma, diante dos dados obtidos através de questionário e de depoimentos, pode-se afirmar que após a adesão ao Programa AgroAmigo houve uma melhoria nas condições de renda, porém essa melhoria se mostrou incapaz dos colaboradores passarem para outra classe econômica (considerando o parâmetro estabelecido pela FGV, 2009). Sobre as outras esferas que envolvem a qualidade de vida pode-se afirmar que as condições de saúde, lazer, estudos, aquisição de imóveis permaneceram similares às condições anteriores a adesão ao Programa AgroAmigo. Nesse caso, o aumento na renda não significou necessariamente mudança nas outras esferas da vida, tampouco na qualidade de vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido se propôs realizar uma análise do Programa AgroAmigo do BNB na visão dos usuários do município do Conde, PB. A presente pesquisa foi desenvolvida junto aos microempreendedores participantes do Programa AgroAmigo do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com o intuito de avaliar a realidade vivenciada por estes indivíduos. Inicialmente, buscou-se determinar o perfil dos participantes da pesquisa e as características do Programa percebidas por estes indivíduos.

É comum perceber na região que, apesar de ser força constante de trabalho, a mulher dentro do contexto familiar não é considerada uma força operacional, muitas vezes sendo reduzida ao papel de ajudante, trabalhando gratuitamente, mas tendo a função não oficial de auxiliar no sustento do lar. Dentro deste contexto, vale destacar também, que a mulher deixa de fazer parte de forma oficial da População Economicamente Ativa (PEA). Essa realidade se repete mesmo quando é ela a detentora do crédito concedido pela instituição, sendo o cônjuge (quando se trata de uma mulher que tenha contraído matrimônio) aquele quem responde pelo emprego da renda obtida pela produção familiar. Além disso, é bastante comum ainda encontrar casos em que o esposo é o responsável por terceiras tarefas sendo papel da mulher e dos filhos menores o cuidado com as lavouras e animais. Dentre a amostra selecionada o resultado mais comum foi de mulheres com até dois filhos.

O fato de, na maior parte das realidades percebidas, a produção, quer agrícola, quer na criação de animais, entre outras, ser destinada ao sustento familiar, faz com que a jornada de

trabalho seja mais extensa ao longo dos anos de vida destes atores sociais. Isto porque são atividades passadas de pai para filho e vão se desenvolvendo em um processo como parte do costume local entre as partes. Sendo a ideia da continuidade arraigada socialmente entre estes indivíduos, as pessoas no campo começam a trabalhar muito cedo e deixam de trabalhar muito mais tardiamente.

Outra questão pertinente apresentada na pesquisa foi em razão da faixa de renda destas pessoas. Tratam-se de pessoas pertencentes à Classe E, conforme parâmetros definidos pela FGV (2009). São pessoas, de renda bastante diminuta e que possuem grandes dificuldades em manter ou melhorar a condições de vida, esse fato tem implicação direta nas outras esferas da vida e, portanto, na qualidade de vida desses atores sociais.

O terceiro objetivo específico da pesquisa foi formulado a partir da ideia de perceber a atuação do Programa sobre o negócio do indivíduo pesquisado. Assim, foi possível determinar as vantagens e as desvantagens frente à linha pesquisada. O aumento de capital foi a principal fonte de vantagens e o prazo foi considerado, por muitos colaboradores, como sendo pequeno.

Conforme foi apresentado na discussão teórica, o microcrédito corresponde a um modelo de política pública para o combate à pobreza, por meio do desenvolvimento de medidas para o crescimento das localidades. De acordo com os conceitos definidos por diferentes autores mencionados nesse trabalho, o microcrédito aparece como uma ferramenta eficaz para a elaboração de um programa de geração de emprego e renda. A partir dos resultados gerados por este processo se pode ter contribuições para a melhoria das populações mais carentes, acrescentando na vida destas pessoas condições para integração do processo de produção e alcance de melhorias nas condições de renda e na qualidade de vida.

No entanto, pode-se perceber ao abordar algumas esferas da vida e as implicações na qualidade de vida dos microempreendedores do município do Conde, que de acordo com as variáveis consideradas pelo estudo, a mudança gerada após a adesão ao Programa AgroAmigo se deu em relação ao aumento das rendas dos pesquisados. Por outro lado, a qualidade de vida vigora em um conceito muito mais amplo e que vai além desta condição, perpassando aspectos culturais, sociais e também econômicos e que ainda não sofreram uma mudança significativa na vida destas pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Antonio Carlos Brito; LIMA, Weruska Maria C. Maciel de Araújo. **Políticas públicas: lixo e cidadania para um desenvolvimento sustentável**. Recife: UFPE, 2008.
- ASSUMPCÃO, Francisco, KUCZYNSKI, Evelyn, SPROVIERI, Maria Helena, et al. **Escala de Avaliação de Qualidade de Vida**. Arquivo Neuropsiquiatria, V. 58, N.1, março, 2000.
- BANCO DO BRASIL. **Microcrédito Produtivo e Orientado**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page47,108,7514,8,0,1,2.bb?codigoMenu=113&codigoNoticia=30912&codigoRet=15940&bread=7>>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BNB. Banco do Nordeste do Brasil. **Programa AgroAmigo**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/AgroAmigo/gerados/apresentacao.asp>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- BNDES. **Programa BNDES de microcrédito**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BRASIL, Portal do MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- BRASIL, Portal MEC – PNAD (2005). **Tabela 3 – Pessoas de 10 Anos de Idade ou Mais, Economicamente Ativas e Ocupadas**. Disponível em:

- <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12599&Itemid=86>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Microcrédito Produtivo e Orientado Crescer na Caixa**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/Credito/mpo_crescer/index.asp>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- CARVALHO, Adriana. **Microcrédito no Brasil ainda é pouco desenvolvido**. Disponível em: <<http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p21b-m.html#2>>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- DANTAS, Valdi. **A tecnologia do microcrédito produtivo e orientado**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.
- FAMUP – Federação das Associações de Municípios da Paraíba (2010). **IDH dos Municípios da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.famup.com.br/index.php?run=idh&op=alf>>. Acesso em: 11 abr. 2012.
- FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Classe C: é a única que continua a crescer**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/935502-classe-c-e-a-unica-que-continua-a-crescer-aponta-fgv.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- FLECK, Marcelo Pio de Almeida, LEAL, Ondina Fachel, LOUZADA, Sergio *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL -100). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, V. 21, N. 1, 1999.
- GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/33784/governo-divulga-pib-dos-municipios-paraibanos.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- IBGE, Censo Demográfico 2010 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.
- LAKATOS, E. N; MARCONI, M. D. A. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MACIEL, E. S. **Qualidade de vida: análise da influência do consumo de alimentos e estilo de vida** [dissertação]. Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo; 2006.
- MAZZEI, Rodrigo. **Crescer: Programa Nacional de Microcrédito**. Disponível em: <<http://sebraemgcomvoce.wordpress.com/2011/09/06/crescer-programa-nacional-de-microcredito/>>. Acesso em: 12 jan. 2012.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência e Saúde Coletiva, Janeiro – Março, Ano/V. 5. N.01. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil, 2000, p. 7-18.
- OLIVEIRA J. A. C. **Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos**. Tese de Doutorado. Campinas: Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- SEBRAE. **Crédito Orientado para Empreendedor Individual**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/onde-buscar-credito/tomadores-de-microcredito>>. Acesso: 10 mar. 2012.
- SILVA, Lúcia de Fátima B. da. **Programa de microcrédito do Banco do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?MICROFIN>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- STOEF, Ronicley Teurry. **Microcrédito no Brasil: o trabalho informal na era dos serviços**. UNIOESTE. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIseminario/trabalhos/Microcr%C3%A9dito%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2012.